

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Considerando o disposto no inciso II do **caput** do art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no inciso I do § 4º do art. 10 e nos incisos I e VIII do **caput** do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, determino ao Ministério da Infraestrutura que, para evitar o desvirtuamento do caráter pedagógico e a utilização meramente arrecadatória dos instrumentos e equipamentos medidores de velocidade, proceda à reavaliação da regulamentação dos procedimentos de fiscalização eletrônica de velocidade em vias públicas, especialmente quanto ao uso de equipamentos estáticos, móveis e portáteis. Em 14 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Considerando o disposto no inciso XII do **caput** do art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e nos incisos II e III do **caput** do art. 47 do Anexo I ao Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, determino ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que, para evitar o desvirtuamento do caráter pedagógico e a utilização meramente arrecadatória dos instrumentos e equipamentos medidores de velocidade, proceda à revisão dos atos normativos internos que dispõem sobre a atividade de fiscalização eletrônica de velocidade em rodovias e estradas federais pela Polícia Rodoviária Federal e suspenda o uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis até que o Ministério da Infraestrutura conclua a reavaliação da regulamentação dos procedimentos de fiscalização eletrônica de velocidade em vias públicas determinada pelo Despacho do Presidente da República de 14 de agosto de 2019. Em 14 de agosto de 2019.

CASA CIVIL

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO Nº 152, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

Altera a declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01), para complementar requisitos WebTrust.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 13 de agosto de 2019, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução altera o documento declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01), para complementação de requisitos WebTrust, no âmbito da ICP-Brasil.

Art. 2º O DOC-ICP-01, versão 5.0, passa a vigorar com as seguintes alterações:
".....

1.1 Visão Geral

A AC Raiz possui os certificados de níveis mais altos na ICP-Brasil. Esses certificados contêm as chaves públicas correspondente às chaves privadas da AC Raiz, utilizadas para assinar os seus próprios certificados, os certificados das ACs de nível imediatamente subsequente ao seu e as suas Listas de Certificados Revogados - LCR.

Esta DPC segue as atualizações dos documentos *Baseline Requirements e Extended Validation SSL e CodeSign Guidelines* [12], do *WebTrust Principles and Criteria* [11] e publicações do CA/Browser Forum, disponíveis no site <https://cabforum.org>.

A estrutura desta DPC está baseada na RFC 3647.
.....

4.2 Processamento de Solicitação de Certificado

A AC de nível subsequente deve encaminhar a solicitação de seu certificado à AC Raiz por meio de seus representantes legais, utilizando o padrão definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [10].

A AC Raiz não recebe solicitações de certificados para usuários finais, de acordo com a MP 2.220-2, de 24 de agosto de 2001. Portanto, não existe, para a AC Raiz, o cenário de restrições ou autorizações ao processamento de registros de DNS para autorização da autoridade de certificação.
.....

10.4 Os documentos referenciados no *WebTrust Principles and Criteria* [11] bem como os *Baseline Requirements e Extended Validation SSL e CodeSign Guidelines* [12] são publicados respectivamente pelo CPA - *Chartered Professional Accountants Canada* e CA/Browser Forum. Esses documentos encontram-se disponibilizados nos endereços: <https://www.cpacanada.ca/en/business-and-accounting-resources/audit-and-assurance/overview-of-webtrust-services/principles-and-criteria> e <https://cabforum.org>.

Ref.	Nome do documento	Endereço
[11]	WEBTRUST PRINCIPLES AND CRITERIA	https://www.cpacanada.ca/en/business-and-accounting-resources/audit-and-assurance/overview-of-webtrust-services/principles-and-criteria
[12]	BASELINE REQUIREMENTS, EXTENDED VALIDATION SSL e CODESIGN GUIDELINES	https://cabforum.org

" (NR)

Art. 3º Fica aprovada a versão 5.1 do documento DOC-ICP-01 - declaração DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA ICP-BRASIL.

§ 1º As demais cláusulas do referido documento, na sua versão imediatamente anterior, em sua ordem originária, integram a presente versão e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no **caput** encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no site <http://www.iti.gov.br>.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES

IMPrensa NACIONAL

PORTARIA Nº 184, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre o encerramento de serviços de assinaturas do Diário Oficial da União, versão eletrônica, em formato pdf, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA IMPrensa NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso II do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Encerrar o serviço de assinaturas do Diário Oficial da União, versão eletrônica, em formato pdf, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 2º As assinaturas de que trata o art. 1º serão comercializadas exclusivamente com periodicidade mensal até 30 de novembro de 2019.

Parágrafo único: As assinaturas contratadas durante o último mês de comercialização, independente do dia, terão acesso ao serviço até 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 333, de 10 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2016, Seção 1, página 20.

PEDRO BERTONE

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 3.705, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

O Superintendente Federal de Agricultura no Estado da Bahia, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da PORTARIA Nº 561, DE 11 DE ABRIL DE 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21012.004417/2018-10, resolve:

Art. 1º Converter em definitivo o credenciamento sob o número BR BA 0694, da empresa GRAND VALLE AGRÍCOLA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ nº 18.283.249/0001-17, localizada na Rodovia BR-325, Km 40, Fazenda Fortaleza I, Distrito de Santana do Sobrado, Casa Nova-BA, CEP 47.300-000, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamento na modalidade de: 1. Tratamento Hidrotérmico (THT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 04 (quatro) anos, podendo ser renovado, mantido o mesmo número do credenciamento, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa nº 66 de 27/11/2006, publicada no DOU de 12/01/2007, seção 1, páginas 2 a 5.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EMÍLIO LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

ATO Nº 54, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

1. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do produto Azoxistrobina Técnico SNB, registro nº 1718, da empresa Sipcam Nichino Brasil S.A. - CNPJ nº 23.361.306/0001-79 - sito à Rua Igarapava nº 599, Distrito Industrial III, CEP: 38044-755 - Uberaba/MG, para a empresa Oxon Brasil Defensivos Agrícolas S.A. - CNPJ nº 07.224.503/0001-90 - sito à Rua Tabapuã nº 474 conj. 64/65, Itaim Bibi - São Paulo/SP, CEP: 04533-001, conforme processo nº 21000.054449/2019-86.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Fipronil Técnico Adama, registro nº 26016, no produto Rephon 800 WG, registro nº 3514, conforme processo nº 21000.054441/2018-39.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Fipronil Técnico Adama, registro nº 26016, no produto Mazotam 800 WG, registro nº 3714, conforme processo nº 21000.054442/2018-83.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos Azoxistrobina Técnico Alta II, registro nº 18218; Azoxystrobin Técnico Bailly, registro nº 1618; e Azoxystrobin Técnico Sinon, registro nº 16016; no produto Evos, registro nº 5714, conforme processo nº 21000.021785/2018-61.

5. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jiangyin Suli Chemical Co., Ltd. nº 7 Runhua Road Ligang Town Jiangsu Province 214444 - Jiangyin City, China no produto Evos, registro nº 5714, conforme processo nº 21000.013323/2018-71.

6. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto 2,4-D Fersol, registro nº 1228803, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de cevada e milho, conforme processo nº 21000.036764/2018-41.

7. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Nemacontrol, registro nº 12016, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Sclerotinia sclerotiorum em qualquer cultura com a ocorrência do alvo biológico, conforme processo nº 21000.046047/2018-27.

